

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Fevereiro/2017



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Concurso Público para provimento de cargos
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Relações Públicas

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'H08', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Desenvolvimento sustentável exige educação ambiental.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Gramática e Interpretação de Texto da Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

Discussão – o que é isso?

A palavra **discussão** tem sentido bastante controverso: tanto pode indicar a hostilidade de um confronto insanável (“a discussão entre vizinhos acabou na delegacia”) como a operação necessária para se esclarecer um assunto ou chegar a um acordo (“discutiram, discutiram e acabaram concordando”). Mas o que toda discussão supõe, sempre, é a presença de um outro diante de nós, para quem somos o outro. A dificuldade geral está nesse reconhecimento a um tempo simples e difícil: o outro existe, e pode estar certo, sua posição pode ser mais justa do que a minha.

Entre dois antagonistas há as palavras e, com elas, os argumentos. Uma discussão proveitosa deverá ocorrer entre os argumentos, não entre as pessoas dos contendores. Se eu trago para uma discussão meu juízo já estabelecido sobre o caráter, a índole, a personalidade do meu interlocutor, a discussão apenas servirá para a exposição desses valores já incorporados em mim: quero destruir a pessoa, não quero avaliar seu pensamento. Nesses casos, a discussão é inútil, porque já desistiu de qualquer racionalização.

As formas de discussão têm muito a ver, não há dúvida, com a cultura de um povo. Numa sociedade em que as emoções mais fortes têm livre curso, a discussão pode adotar com naturalidade uma veemência que em sociedades mais “frias” não teria lugar. Estão na cultura de cada povo os ingredientes básicos que temperam uma discussão. Seja como for, sem o compromisso com o exame atento das razões do outro, já não haverá o que discutir: estaremos simplesmente ficando pé na necessidade de proclamar a verdade absoluta, que seria a nossa. Em casos assim, falar ao outro é o mesmo que falar sozinho, diante de um espelho complacente, que refletirá sempre a arrogância da nossa vaidade.

(COSTA, Teobaldo, inédito)

1. Embora o termo **discussão** tenha um sentido bastante controverso, o elemento comum a toda discussão está no fato de que
 - (A) os dois antagonistas recusam-se terminantemente a chegar a um acordo, o qual só poderá ocorrer com a intervenção de um terceiro.
 - (B) algum acordo só será possível caso um dos contendores abra mão de suas razões, desistindo de confrontar a argumentação alheia.
 - (C) se revela para nós uma relação de alteridade que já é, a partir desse reconhecimento, a garantia de um acordo entre as posições.
 - (D) se impõe para nós a presença viva e indiscutível da outra pessoa, que também nos reconhece numa relação de alteridade.
 - (E) os dois contendores sentem igualmente necessidade de uma conciliação a partir dos argumentos levantados por ambos.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo, expõe-se a condição mínima para a ocorrência de uma discussão, sem que se mencione a ação de um entrave inicial que possa dificultá-la.
 - II. No segundo parágrafo, aponta-se, como elemento frequente em algumas discussões, a intolerância, que não me deixa reconhecer os argumentos da pessoa a quem já julguei.
 - III. No terceiro parágrafo, estabelece-se uma conexão entre diferentes culturas e diferentes formas de discussão, concluindo-se que um acordo é mais fácil nas contendas mais acaloradas.Em relação ao texto, está correto o que se afirma em
 - (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II, apenas.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *sentido bastante controverso* (1º parágrafo) = razão de ser equívoca
- (B) *juízo já estabelecido* (2º parágrafo) = avaliação predefinida
- (C) *valores já incorporados* (2º parágrafo) = qualidades prontamente aceitas
- (D) *têm livre curso* (3º parágrafo) = são facilmente contidas
- (E) *um espelho complacente* (3º parágrafo) = um reflexo fiel



4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Não fosse certas desavenças pessoais, muitas discussões acabariam em acordo, com o prevalescimento dos melhores argumentos.
 - (B) São mais difíceis do que se imagina conciliar posições antagônicas, por que para isso temos que considerar a pessoa íntegra do outro.
 - (C) Quando distinguimos o outro apenas como um mal caráter, sem se pesar suas reações, somos presas de nosso próprio ressentimento.
 - (D) O mal de certas discussões está em que sequer se reconhecem os argumentos em disputa, obscurecidos que foram pelo excesso de paixão.
 - (E) É muito comum que numa discussão, haja tanto emocionalismo, por cujo se impede a chegada ao bom termo de um acordo final.

5. As formas verbais estão adequadamente empregadas e há presença da voz **passiva** em:
- (A) Os argumentos dos contendores, numa discussão, só serão aceitos caso se venha a considerá-los com isenção.
 - (B) Fossem sempre vencedores os argumentos de quem mais paixão demonstram, a irracionalidade acabará por imperar.
 - (C) Se não fizéssemos questão de demonstrar nossa arrogância, mais simplesmente poderá o outro conciliar-se conosco.
 - (D) São de se esperar que os melhores argumentos acabem por sobrepujar os mais fracos, para que a justiça acabe imperando.
 - (E) Quando for o caso de se fazerem confrontar argumentos inteiramente contrários, melhor seria se houvesse a ação de um bom mediador.

6. *Mas o que toda discussão supõe, sempre, é a presença de um outro diante de nós (...)* (1ª parágrafo)
Reescrevendo-se o segmento acima e iniciando-se por **A presença de um outro diante de nós** estará correta a seguinte complementação:
- (A) inclui-se, desta feita, em toda discussão.
 - (B) presume que seja assim em toda discussão.
 - (C) é como toda discussão se preserva.
 - (D) como tal exige toda discussão.
 - (E) é o que toda discussão implica.

7. No caso de uma discussão, é preciso que os contendores reconheçam essa discussão como uma forma de diálogo, que não vejam nessa discussão uma oportunidade para suas vaidades, mas que se aproveitem dessa discussão para pôr à prova a força de seus argumentos.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) reconheçam-lhe – a vejam – lhe aproveitem
 - (B) a reconheçam – a vejam como – dela se aproveitem
 - (C) lhe reconheçam – lhe vejam como – aproveitem dela
 - (D) reconheçam-na – vejam-na – aproveitem-lhe
 - (E) reconheçam-lhe – vejam-lhe – se aproveitem dela
8. Atente para as seguintes frases:
- I. O sentido controverso da palavra *discussão*, deve-se ao modo pelo qual costumam agir, os contendores, ao exporem seus argumentos.
 - II. Há discussões nas quais, por excesso de paixão, os argumentos sequer são considerados, dada a exacerbação dos ânimos.
 - III. Parece improvável que numa discussão acirrada, possa imperar a racionalidade dos argumentos que sequer são analisados.
- Quanto à virgulação, está inteiramente correto o que consta APENAS em
- (A) II.
 - (B) I.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

Noções de Informática

9. O funcionário de uma empresa recebeu, pelo *webmail*, uma mensagem supostamente do banco no qual tem conta, informando que ele havia sido sorteado e ganhara um prêmio de um milhão de reais. Para resgatar o prêmio, o funcionário foi orientado a clicar em um *link* e digitar seus dados pessoais e bancários. Após seguir as orientações e enviar os dados digitados, percebeu que o endereço do banco era falso, mas muito semelhante ao endereço verdadeiro. O funcionário foi vítima de um tipo de fraude conhecida como
- (A) *defacing*.
 - (B) *worming*.
 - (C) *phishing*.
 - (D) *keylogging*.
 - (E) *joking*.



10. Um Analista em TI, utilizando o LibreOffice Writer versão 5.1.5.2 em português, inseriu a numeração de páginas no cabeçalho do documento e digitou duas páginas de texto. Na terceira página, deseja recomeçar a numeração em 1. Para acessar uma janela que contém opções para isso, com o cursor após o final do texto da segunda página, ele deverá clicar no menu
- (A) Formatar e na opção Número da página.
 - (B) Ferramentas e na opção Numeração de páginas.
 - (C) Inserir e na opção Quebra manual.
 - (D) Referências e na opção Numerar páginas.
 - (E) Inserir e na opção Numeração de páginas.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

11. Miguel é servidor público federal e pretende licenciar-se do cargo para o desempenho de mandato classista em sindicato representativo da categoria do qual faz parte e que conta com 5.000 associados. Cumpra salientar que o servidor foi eleito para cargo de representação no mencionado sindicato. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,
- (A) o mencionado sindicato comportará até quatro servidores licenciados para o desempenho de mandato classista.
 - (B) a licença perdurará pelo mesmo prazo do mandato, não podendo ser renovada.
 - (C) será assegurado ao servidor o direito à licença sem remuneração para o desempenho do respectivo mandato.
 - (D) não constitui requisito para a mencionada licença que o sindicato seja cadastrado no órgão competente.
 - (E) o mencionado sindicato comportará apenas um servidor licenciado para o desempenho de mandato classista.
12. Viviane, servidora pública federal, é chefe de determinada repartição pública e, pela conduta de ter concedido benefício administrativo sem observar as formalidades legais aplicáveis à espécie, foi condenada, dentre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos por seis anos. Observando-se a Lei nº 8.429/1992, a sentença proferida deve também aplicar a seguinte sanção a Viviane:
- (A) pagamento de multa civil, de até três vezes o valor do dano.
 - (B) proibição de contratar com o Poder público, pelo prazo de cinco anos.
 - (C) proibição de contratar com o Poder público, pelo prazo de três anos.
 - (D) multa civil, de até cem vezes o valor da remuneração de Viviane.
 - (E) proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais, pelo prazo de dez anos.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

13. Considere a seguinte situação hipotética: Colombo foi regularmente processado e, ao final, condenado pela prática de crime eleitoral. Colombo faleceu e, dentro do prazo legal, seu irmão, Vinícius, pretende ajuizar revisão criminal do referido processo. Neste caso, de acordo com o Regimento Interno do TRE-SP, Vinícius
- (A) possui legitimidade para ajuizar a referida ação, sendo que o requerimento será distribuído para um relator e um revisor.
 - (B) não possui legitimidade para ajuizar a referida ação, uma vez que esta é exclusiva do cônjuge, ascendentes e descendentes, sendo permitido o seu indeferimento *in limine*.
 - (C) não possui legitimidade para ajuizar a referida ação, uma vez que esta é exclusiva do ascendentes e descendentes, sendo vedado o seu indeferimento *in limine*.
 - (D) não possui legitimidade para ajuizar a referida ação, uma vez que esta é exclusiva do Ministério Público, sendo vedado o seu indeferimento *in limine*.
 - (E) possui legitimidade para ajuizar a referida ação, sendo, em qualquer hipótese, vedado o seu indeferimento *in limine*.
14. Considere a seguinte situação hipotética: Sandro é juiz do TRF da 3ª Região e Matias é Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. De acordo com o Regimento Interno do TRE-SP,
- (A) somente Sandro pode fazer parte da composição do TRE-SP, mas não pode ser eleito Presidente.
 - (B) Sandro e Matias podem fazer parte da composição do TRE-SP, bem como ambos podem ser eleitos Presidente.
 - (C) Sandro e Matias podem fazer parte da composição do TRE-SP, mas somente Sandro pode ser eleito Presidente.
 - (D) somente Matias pode fazer parte da composição do TRE-SP, bem como pode ser eleito Presidente.
 - (E) Sandro e Matias podem fazer parte da composição do TRE-SP, mas somente Matias pode ser eleito Presidente.

**Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**

Atenção: Para responder às questões de números 15 e 16, considere a Portaria nº 214/2015, que institui o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – TRE-SP.

15. Considere a seguinte situação hipotética: uma editora jurídica, de grande porte, situa-se em frente ao prédio do TRE-SP. Em julho de 2016, a citada empresa privada completou vinte anos de existência, razão pela qual editou livro comemorativo com farta ilustração gráfica e textos de renomados juristas do Brasil, a ser distribuído a seus clientes, dentre estes, alguns servidores públicos do TRE-SP. Os servidores do TRE-SP
- (A) não poderão aceitar o livro oferecido pela editora, pois o Código de Ética apenas permite que o servidor aceite prêmios ou bolsas de estudos, o que não é o caso.
 - (B) não poderão aceitar o livro, tendo em vista que o Código de Ética veda o recebimento de qualquer valor ou objeto, independentemente da sua natureza.
 - (C) poderão aceitar o livro, desde que o valor não ultrapasse o correspondente a cinco por cento do vencimento básico do cargo de técnico judiciário, padrão A, classe I.
 - (D) poderão aceitar o livro, independentemente de seu valor, por tratar-se de brinde oferecido por ocasião de evento especial, expressamente admitido pelo Código de Ética.
 - (E) poderão aceitar o livro, desde que o valor não ultrapasse o correspondente a dois por cento do vencimento básico do cargo de técnico judiciário, padrão A, classe I.
-
16. O Código de Ética do TRE-SP prevê a necessidade de observância de um prazo, contado da exoneração, que corresponde ao período de interdição para atividade incompatível com o cargo em comissão de direção ou chefia, anteriormente exercido, devendo o servidor, nesse período, observar determinadas regras. Desde que inexistir lei prevendo lapso temporal diverso, o prazo será de
- (A) dois anos.
 - (B) um ano.
 - (C) quinze meses.
 - (D) nove meses.
 - (E) seis meses.

Estatuto da Pessoa com Deficiência

Atenção: Para responder às questões de números 17 e 18, considere a Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

17. O profissional de apoio escolar do estudante com deficiência, desde que excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas,
- (A) atua, apenas, em instituições públicas.
 - (B) não pode atuar em todas as áreas escolares, como, por exemplo, na área de alimentação.
 - (C) atua, apenas, no ensino fundamental.
 - (D) pode exercer, dentre outras, a atividade de higiene.
 - (E) atua a partir do ensino médio, ou seja, destina-se aos jovens a partir dos dez anos de idade.
-
18. Os serviços de habilitação e de reabilitação profissional
- (A) devem ocorrer, exclusivamente, em entidades de formação profissional.
 - (B) destinam-se a toda pessoa com deficiência, independentemente de sua característica específica.
 - (C) não têm por objetivo a conservação do trabalho, mas sim, sua obtenção.
 - (D) podem, apenas em situações excepcionais, ser oferecidos em ambientes inclusivos.
 - (E) devem ocorrer, de forma articulada nas redes públicas e privadas e, exclusivamente, na saúde e na Previdência Social.

Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Atenção: Para responder às questões de números 19 e 20, considere a Resolução nº 367/2016 que estabelece o Plano Estratégico do TRE-SP.

19. Norteará as futuras revisões e elaborações de Planos Estratégicos o Caderno de
- (A) Atuação dirigida.
 - (B) Indicadores específicos.
 - (C) Desempenho.
 - (D) Planejamento.
 - (E) Situações conflitantes.
-
20. O desafio que busca atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa, é, especificamente, o desafio de garantir os direitos
- (A) à cidadania.
 - (B) à vida, à saúde e à educação dirigida.
 - (C) ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
 - (D) à facilitação do processo eleitoral.
 - (E) à sociedade justa, equilibrada e democrática.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: As questões de números 21 e 22, referem-se ao conteúdo de Noções de Direito Administrativo.

21. A Administração pública submete-se à norma que exige licitação pública para as contratações e aquisições de bens e serviços, bem como para alienações de bens. Entretanto, essa exigência admite EXCEÇÕES, como,
- (A) nas hipóteses de dispensa de licitação, em que a competição não se mostra possível, de modo que a realização do certame levaria a resultado já previamente conhecido.
 - (B) nas licitações dispensáveis, em que a realização dos certames ensejaria atuação do administrador contrária ao interesse público, por acarretar prejuízos à Administração pública.
 - (C) nos casos de inexigibilidade de licitação, em que a realização do certame não se mostra cabível por inviabilidade de competição, de modo que já se conheceria o resultado ou este não seria o pretendido pela Administração pública.
 - (D) nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, elencadas expressamente na legislação, pois configuram opção do legislador pela não realização do certame, por razões de economicidade ou de interesse público.
 - (E) nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, elencados expressa e taxativamente na legislação e que, como tal, afastam a possibilidade do administrador público realizar o certame.
-
22. A vedação à alteração das condições de participação na licitação, bem como das cláusulas que constarão do contrato, cuja minuta integrou o edital, é expressão do princípio
- (A) do julgamento objetivo da licitação, tendo em vista que eventuais alterações interfeririam no resultado do certame, salvo se restasse demonstrada concordância dos demais licitantes.
 - (B) da vinculação ao instrumento convocatório, que se dirige somente aos licitantes, para que esses saibam os termos e condições que regerão a relação jurídica, cuja alteração não poderão propor.
 - (C) da adjudicação compulsória, que possibilita que o licitante vencedor exija a assinatura do contrato nos estritos termos que constaram do edital, no prazo de 48 horas após a divulgação do resultado do certame.
 - (D) da vinculação ao instrumento convocatório, pois as propostas foram apresentadas com base nas condições que constavam do edital, de forma que eventual alteração violaria a igualdade que deve reger a competição.
 - (E) do julgamento objetivo da licitação, que depende da igualdade de participação entre os participantes, de forma que eventual alteração demandaria reabertura do certame, ainda que já findo.

Atenção: As questões de números 23 e 24, referem-se ao conteúdo de Noções de Direito Constitucional.

23. Considere as seguintes situações:
- I. Deputado Estadual em exercício de segundo mandato que pretende candidatar-se à reeleição, em Estado cuja Governadora, em exercício de primeiro mandato e igualmente candidata à reeleição, é sua irmã.
 - II. Ocupante de cargo público efetivo na Administração direta federal que, investido no mandato de Vereador, pretende continuar no exercício do cargo, percebendo as vantagens deste, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo, diante da compatibilidade de horários.
 - III. Ocupante de cargo de professor em Universidade pública estadual que, investido no mandato de Prefeito, pretende continuar no exercício do cargo, optando pela remuneração deste, diante da compatibilidade de horários.
 - IV. Vereador que tem sua naturalização cancelada, por sentença judicial transitada em julgado, durante o segundo ano de exercício do mandato.
- O exercício de mandato eletivo será compatível com a disciplina da matéria na Constituição Federal de 1988 APENAS nas situações referidas em
- (A) I e II.
 - (B) III e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I e IV.

24. À luz da Constituição Federal de 1988, os partidos políticos
- (A) poderão ser compulsoriamente dissolvidos ou ter suas atividades suspensas, desde que por decisão judicial transitada em julgado, a exemplo do que ocorre com as associações em geral.
 - (B) estão proibidos de receberem recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros, diferentemente do que ocorre em relação às associações em geral.
 - (C) adquirem personalidade jurídica mediante registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, diferentemente das associações em geral, que a adquirem na forma da lei civil.
 - (D) devem possuir base territorial não inferior à área de um Município, à semelhança do que ocorre em relação às associações sindicais.
 - (E) possuem autonomia para definir sua organização interna, estrutura e funcionamento, diferentemente do que ocorre com os sindicatos, que dependem de autorização estatal e de registro no órgão competente para que sejam fundados.



Atenção: As questões de números 25 e 26, referem-se ao conteúdo de Noções de Direito Eleitoral.

25. Segundo o Código Eleitoral brasileiro, compete, privativamente, ao Tribunal Superior Eleitoral,
- (A) aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão até 30 dias aos juízes eleitorais.
 - (B) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro de candidatos a Governador, Vice-Governadores, e membro do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas.
 - (C) processar e julgar originariamente as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos.
 - (D) constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição.
 - (E) fixar a diária do Corregedor Geral, dos Corregedores Regionais e auxiliares em diligência fora da sede.
-
26. De acordo com o Código Eleitoral brasileiro, os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão,
- (A) obrigatoriamente, por dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.
 - (B) obrigatoriamente, por dois anos, vedada qualquer recondução.
 - (C) obrigatoriamente, por um ano, sendo permitida uma única recondução em igual período.
 - (D) facultativamente, por dois anos, vedada qualquer recondução.
 - (E) facultativamente, por um ano, sendo permitida uma única recondução em igual período.
-
27. No relacionamento com a mídia, espera-se que o assessor de imprensa:
- I. Seja um facilitador no relacionamento do jornalista com as fontes e a instituição.
 - II. Saiba preparar a fonte para que as entrevistas sejam objetivas e claras.
 - III. Peça a leitura antecipada da matéria que o jornalista realizou do assessorado.
 - IV. Alimente ininterruptamente a imprensa com o maior número possível de *releases* para mantê-la informada.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) III e IV.
-
28. Há tamanha pletora de fatos no cotidiano que sem o processo organizativo do trabalho jornalístico não haveria a possibilidade de se produzir a notícia. Essa formulação sintetiza a teoria
- (A) hipodérmica.
 - (B) do espelho.
 - (C) do *newsmaking*.
 - (D) da persuasão.
 - (E) funcionalista.
-
29. O *mailing list*, segundo Maristela Mafei, em **Assessoria de Imprensa: como se relacionar com a mídia** (São Paulo: Contexto), é “uma lista que contém a relação dos veículos e dos jornalistas contatados para divulgação, com dados básicos, como o nome completo, cargo, editoria, número de telefone e fax, e-mail e endereço”. Mafei completa que o melhor *mailing list* é o que
- (A) passa diariamente por uma atualização do assessor.
 - (B) contém somente o nome dos grandes veículos.
 - (C) privilegia as empresas televisivas.
 - (D) privilegia os *sites* e as redes sociais.
 - (E) contém somente os veículos de interesse do assessorado.
-
30. Gaudêncio Torquato em seu **Tratado de Comunicação Organizacional e Política** (São Paulo: Cengage Learning) aponta que as mensagens nas publicações internas devem contemplar os mais variados conteúdos e tipos de matérias. Segundo o autor, aquelas matérias que tratam de “segurança, higiene, saúde, conselhos úteis, programas de treinamento” recebem o nome de
- (A) educativas.
 - (B) operacionais.
 - (C) institucionais.
 - (D) orientação profissional.
 - (E) motivação.



31. O *lead*, ou lide, como foi aportuguesado no Brasil, é técnica de elaboração textual que determina que o primeiro parágrafo do texto jornalístico do jornal diário dê respostas às seguintes perguntas:
- (A) o que, quem, qual, onde, como e para quê.
 - (B) quem, qual, onde, quando, como e por quê.
 - (C) o que, quem, aonde, quanto, como e para quê.
 - (D) o que, quem, onde, quanto, como e por quê.
 - (E) o que, quem, onde, quando, como e por quê.
-
32. No jargão jornalístico, o material utilizado para preencher o espaço em branco, na página de um jornal, que não foi ocupado por nenhuma matéria ou por publicidade programada, e que, em geral, é ocupado por um anúncio do próprio veículo, recebe o nome de
- (A) chapéu.
 - (B) corpo.
 - (C) calhau.
 - (D) colunão.
 - (E) capitular.
-
33. No processo de gestão de uma crise, o trabalho de comunicação é fundamental para que ele seja conduzido da melhor forma possível, fazendo com que a empresa ou a instituição atingida aja com toda a ética que a situação exige. Nesses casos, para entrar em contato com a mídia, representando a empresa, a pessoa mais indicada é o
- (A) representante dos *stakeholders*.
 - (B) porta-voz da empresa.
 - (C) CEO da empresa.
 - (D) assessor de imprensa.
 - (E) responsável pelo sinistro.
-
34. Uma informação dada a um repórter em *off* (de *off the record*) durante uma crise foi publicada em um jornal identificando a fonte indevidamente. Depois desse episódio a melhor atitude a ser tomada por parte da fonte é
- (A) negar toda e qualquer entrevista futura ao repórter.
 - (B) suspender a publicidade do veículo.
 - (C) negar a declaração dada e processar o repórter.
 - (D) atender normalmente o repórter, evitando o uso do *off*.
 - (E) pedir uma compensação pelo incômodo sofrido.
-
35. Na produção de uma revista considera-se que:
- I. as páginas editoriais devem apresentar uma diagramação diferente das páginas publicitárias.
 - II. os jornalistas devem também produzir os textos publicitários da publicação.
 - III. a identificação do anunciante deve ficar bastante clara para o leitor.
 - IV. é positivo que os anúncios se relacionem com certos conteúdos na mesma página.
 - V. a capa da revista deve ser isenta de publicidade.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) III, IV e V.
 - (B) I, II e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) I, III e V.
-
36. *A compreensão obtida por meio de diversas mídias sustenta uma profundidade de experiência que motiva mais consumo. A redundância acaba com o interesse do fã e provoca o fracasso da franquia. Oferecer novos níveis de revelação e experiência renova a franquia e sustenta a fidelidade do consumidor.*
- (JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph)
- A construção narrativa do conteúdo dá-se, portanto, de forma mais abrangente na somatória de diversas mídias, que se complementa com novas informações, gerando novas percepções. Esse tipo de narrativa é chamada de
- (A) transmídia.
 - (B) multimídia.
 - (C) hipermídia.
 - (D) *crossmedia*.
 - (E) intermídia.
-
37. O presidente de um Tribunal de Justiça Eleitoral solicita ao assessor de comunicação da instituição que convoque uma coletiva de imprensa para falar sobre o próximo pleito eleitoral. Para que essa atividade seja realizada com sucesso, desde a convocação até a posterior avaliação, esse assessor deverá utilizar uma série de instrumentos típicos da assessoria de comunicação. Esses instrumentos, na ordem correta de sua utilização, são:
- (A) *release*, *clipping* e *follow-up*.
 - (B) *clipping*, *release* e *follow-up*.
 - (C) *follow-up*, *release* e *clipping*.
 - (D) *follow-up*, *clipping* e *release*.
 - (E) *release*, *follow-up* e *clipping*.



38. *Em consonância ao que demonstramos no livro **Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista**, em sua essência, as Relações Públicas nas empresas se juntam a outras estratégias político-organizacionais com a finalidade de harmonizar as relações capital-trabalho, estabelecer clima propenso ao aumento da cooperação e da produtividade do trabalhador, além de angariar o consentimento em torno das estratégias empresariais.*
- (PERUZZO, Círcia M. K.: Relações Públicas no Capitalismo Cognitivo. In: **Redes.Com**, n. 5, p. 330)
- A partir da análise de Círcia Peruzzo, não apenas no âmbito da organização, mas considerando o conjunto da sociedade, valendo-se da mediação de organizações da sociedade civil e governos, zelando pela boa reputação das instituições, as Relações Públicas criam ou reproduzem
- (A) condições para que sejam desenvolvidos produtos culturais que definam uma nova versão do capitalismo, que é o capitalismo cognitivo.
 - (B) estímulos culturais e cognitivos para a construção de uma sociedade democrática pautada pela justiça social.
 - (C) valores favoráveis à produção e reprodução capitalista, correspondendo aos interesses da classe dominante.
 - (D) a garantia dos interesses dos diversos públicos como fator determinante na definição dos objetivos e interesses da organização.
 - (E) estratégias e táticas favoráveis à compreensão, criação de crise e superação do modo de produção capitalista.
-
39. Dentro de uma organização, os indivíduos relacionam-se entre si e participam de grupos sociais, mantendo interações profissionais, funcionais ou de afinidade. A compreensão dessas relações contribui para que o trabalho de Relações Públicas seja capaz de
- (A) dissolver focos de interações para que as equipes se dediquem à atividade fim da organização.
 - (B) usar essas interações a favor da harmonização de interesses dentro da organização e obter melhores resultados dos indivíduos.
 - (C) redirecionar o interesse dos indivíduos da interação para a tecnologia e o método de trabalho.
 - (D) elaborar estratégias de comunicação interna que redundem na capitalização desses interesses e obtenção de vantagens financeiras para a organização.
 - (E) redefinir os objetivos da organização em função do que indicam as demandas apresentadas como resultado das interações.
-
40. O elemento fundamental no relacionamento da organização com a sociedade é
- (A) o diálogo.
 - (B) a propaganda.
 - (C) a defesa dos objetivos da organização.
 - (D) a compreensão do mercado.
 - (E) a capacidade de influência sobre o poder público.
-
41. Fábio França, um dos principais teóricos das Relações Públicas no Brasil, propôs uma conceituação em que os públicos de uma organização são divididos em essenciais, não essenciais e de redes de influência. Essa elaboração foi realizada a partir de princípios
- (A) situacionais.
 - (B) sociológicos.
 - (C) jurídicos.
 - (D) lógicos.
 - (E) mercadológicos.
-
42. A partir de uma perspectiva da empresa, vários são os públicos de interesse, ou *stakeholders*, que podem ser mapeados em função do seu grau de influência sobre a empresa, que são dependência, participação e interferência. São *stakeholders* no grau de interferência:
- (A) concorrência e comunicação de massa.
 - (B) governos e clientes.
 - (C) redes sindicais e redes setoriais da comunidade.
 - (D) funcionários e redes sindicais.
 - (E) fornecedores e redes de consultoria.
-
43. Uma instituição pública vinculada ao poder judiciário detectou a necessidade de saber como é percebida por jornalistas de *sites* e blogues especializados em temas jurídicos. Para tanto, seu departamento de comunicação realiza um trabalho de
- (A) *fanpress*.
 - (B) *workshop*.
 - (C) *media audit*.
 - (D) ação social.
 - (E) tipificação de públicos.



44. A concepção do trabalho da comunicação em uma instituição pública tendo como fundamentos o direito ao acesso à informação, a participação social, a liberdade de expressão, o pluralismo e o caráter educativo, voltada à orientação e à formação cultural do cidadão, se baseia em um paradigma administrativo de base
- (A) econômica.
 - (B) gerencial.
 - (C) mercadológica.
 - (D) democrática.
 - (E) midiaticizada.

45. Considere as afirmações abaixo:

I. Quando um órgão público detém informações sem classificação sigilosa a respeito de agentes públicos que cometeram violações dos direitos humanos, seja por iniciativa própria ou a mando de autoridades públicas, tais informações não podem ser objeto de restrição de acesso

POIS

II. o acesso às informações públicas deve ser assegurado mediante: serviços ao cidadão criados a esse fim e realização de audiências ou consultas públicas, de modo a incentivar a participação popular na tomada de conhecimento e divulgação dessas informações.

Quanto a essas assertivas

- (A) a primeira é uma afirmação falsa, mas a segunda é verdadeira.
- (B) as duas são afirmações verdadeiras e a segunda explica a primeira.
- (C) as duas são afirmações verdadeiras, mas não possuem relação causal entre si.
- (D) a primeira é uma afirmação verdadeira, mas a segunda é falsa.
- (E) ambas são afirmações falsas.

46. Segundo Hebe Wey (**O Processo de Relações Públicas**, São Paulo: Summus, 1986, p. 61-62), o controle e a avaliação permitem medir a execução correta e objetiva no sentido de atingir as metas estabelecidas em planejamento. São elementos essenciais para qualquer sistema de controle e avaliação do processo de Relações Públicas:

- I. ter um objetivo claro e predeterminado (plano, política, padrão, norma, decisão, critério, índice etc.).
- II. meio(s) de previsão do fluxo do trabalho, se possível com quantificação, e comparação desse fluxo seguindo um critério.
- III. *design* de comunicação visual que construa eficaz presença do nome da organização nas áreas preestabelecidas em projeto.
- IV. formas de corrigir o fluxo, de modo a atingir o resultado estabelecido em fase de projeto.
- V. estabelecimento de bom relacionamento com a imprensa, com base na confiança mútua, entre organização e jornalistas.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II e V.
- (E) III, IV e V.

47. Em uma pesquisa com entrevistas para uma amostragem com milhares de participantes, normalmente são usados formulários ou questionários. Nessas situações, é possível que se necessite coletar informações em temas que gerem, no entrevistado, medo ou receio de responder, se as perguntas forem formuladas diretamente ou, até mesmo, de forma indiscreta. Por exemplo: ao perguntar "você é favorável à preservação do meio ambiente?", as respostas podem ser, por obviedade, sempre sim, mesmo que não correspondam à realidade. Em casos como esse, a melhor alternativa para coletar dados precisos, quantificáveis e comparáveis entre si é

- (A) realizar entrevistas com grupos para, a partir desses subgrupos, estabelecer o grau de concordância da população com o que foi proposto (no exemplo, a preservação ambiental).
- (B) modificar o formato da questão, mantendo o enunciado, porém deixando um espaço para respostas abertas, de modo a identificar no texto do participante os dados que permitam identificá-lo como favorável ou não ao que foi proposto (no exemplo, a preservação ambiental).
- (C) elaborar um instrumento a mais de pesquisa, no caso uma entrevista aberta e não estruturada, que permite maior flexibilidade para investigar caso a caso a característica que se deseja detectar.
- (D) elaborar questões que identifiquem, de forma indireta, um índice revelador ou sistema categorial de análise, o grau de concordância do participante com a questão proposta (no exemplo, ser favorável, ou não, à conservação).
- (E) reestabelecer os objetivos da pesquisa de modo a viabilizar a construção de instrumentos mais simples de serem aplicados, o que evita a elaboração de questões indiscretas.



48. A primeira etapa na implantação de um processo de Relações Públicas é de
- (A) montagem de equipe e escolha de recursos humanos.
 - (B) análise e controle.
 - (C) diagnóstico.
 - (D) orçamento e cronograma.
 - (E) escolha de métodos e materiais.
-
49. *Muitos a estão usando porque essa tecnologia não tem grandes segredos: é só virar o botão e ligar. O segredo aqui é outro: transformar esses aparelhinhos em mídias eficientes.*
- (NASSAR, Paulo. O uso das novas tecnologias. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org). **Obtendo resultados com Relações Públicas**. São Paulo, Pioneira, 1997)
- É exemplo de transformação dos aparelhos tecnológicos em mídias eficientes para a comunicação institucional:
- (A) trocar os quadros de avisos pela Intranet, o meio mais eficiente para comunicar ao público interno.
 - (B) adotar critérios de noticiabilidade, como novidade e relevância, para os meios de comunicação já existentes.
 - (C) impedir os colaboradores de acessar as redes sociais pelos computadores da rede interna, o que aumenta o tempo de uso da Intranet.
 - (D) instalar televisores de LED ao lado dos postos de trabalho, pois a mídia televisiva é a que obtém maior índice de audiência.
 - (E) restringir o acesso a sites de notícias pelos computadores da rede interna para obter maior controle dos fluxos de comunicação.
-
50. Em uma situação hipotética, a equipe de comunicação do TRE-SP foi requisitada para analisar o veículo corporativo que está previsto em orçamento: jornal para o público interno, semestral, 16 páginas, 4 × 4 cores, papel couché 120 g com verniz UV em reserva nas fotos e nos títulos.
- A conclusão correta desta análise será
- (A) utilizar papel mais simples, com 4 páginas e menos sofisticação na impressão para poder transformar a periodicidade em mensal e tomar as notícias mais atraentes.
 - (B) direcionar este veículo para o público externo diante da sofisticação e periodicidade; com isso, a intranet será o veículo de comunicação para o público interno.
 - (C) ampliar o verniz UV para cobrir todas as páginas. O custo não se eleva tanto e essa técnica garante a durabilidade da publicação pelo tempo de circulação de seis meses.
 - (D) aumentar o número de páginas para 32, pois em seis meses há muitas novidades acumuladas que não poderão ser contempladas no formato proposto.
 - (E) investir este mesmo orçamento para veículos direcionados para o público externo, que é o real alvo de uma instituição pública.
-
51. Segundo Mário Rosa (**A reputação na velocidade do pensamento**. São Paulo: Geração Editorial, 2006), *a explosão populacional e a revolução tecnológica criaram um mundo de imagens sem precedentes: 450 mil vezes maior que no auge do Egito*. Segundo esse raciocínio, considere:
- I. Há aumento considerável da capacidade de exposição, o que eleva em igual proporção os ruídos resultantes das imagens compartilhadas em redes sociais.
 - II. No modelo de Shannon-Weaver, a comunicação não-verbal é a maior geradora de ruídos no século XXI.
 - III. O conceito de panóptico invertido não pode mais ser aplicado, pois agora as imagens não são privilégio das classes mais altas.
 - IV. O *feedback* das imagens vai depender do contexto, como os valores, do receptor da mensagem.
 - V. Há potencial para que imagens, mesmo em ambientes privados, transformem seus personagens em figuras públicas.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e V.
 - (B) I, IV e V.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III e V.
-
52. Uma instituição que presta serviços públicos foi objeto de reportagem de uma revista semanal com elevado número de assinantes e leitores. Na reportagem, um servidor era acusado de desvio de função. No dia seguinte à publicação, a instituição publicou uma nota que tem como um de seus objetivos
- (A) reiterar tanto a identidade quanto a reputação positivas.
 - (B) construir uma nova identidade.
 - (C) reverter os danos à reputação.
 - (D) aumentar a identidade positiva.
 - (E) mitigar danos à imagem.



53. Considere, abaixo, os conceitos da coluna "a" com as respectivas definições na coluna "b".

"a" – conceito	"b" – definição
1. Amostra probabilística	I. Conjunto de todas as unidades do qual uma amostra é obtida
2. Pesquisa de mercado	II. Obtida pelo sorteio no qual todos os possíveis respondentes têm igual chance de serem relacionados para observação
3. Amostra bola de neve	III. Estudo sistemático de comportamento de compra ou venda
4. Pesquisa etnográfica	IV. Os indivíduos entrevistados recebem solicitação para que indiquem outros para entrevistas posteriores.
5. Universo	V. Objetiva entender as funções dos indivíduos em seu ambiente natural

Está correta a seguinte associação entre as colunas "a" e "b":

- (A) 1-I – 2-III – 3-V – 4-IV – 5-II.
(B) 1-III – 2-IV – 3-V – 4-II – 5-I.
(C) 1-I – 2-III – 3-IV – 4-V – 5-II.
(D) 1-IV – 2-III – 3-I – 4-V – 5-II.
(E) 1-II – 2-III – 3-IV – 4-V – 5-I.

54. Leia as proposições abaixo.

- I. Os dados divulgados no balanço social não trazem à empresa boa reputação
POIS
II. o balanço social é um relatório anual produzido pela empresa após um esforço de auditoria interna que mapeia seu grau de responsabilidade social, portanto é consequência da sua identidade.

Nesse caso,

- (A) as duas proposições são verdadeiras e a segunda explica a primeira.
(B) a primeira proposição é falsa, a segunda é verdadeira e não explica a primeira.
(C) a primeira proposição é verdadeira, a segunda é falsa e não explica a primeira.
(D) a primeira proposição é falsa, a segunda é verdadeira e explica a primeira.
(E) as duas proposições são falsas e a segunda não explica a primeira.

55. No site de uma instituição pública, no canal NOTÍCIAS há *links* para:

- chamada com as datas das rodadas para o acordo coletivo.
- nota sobre o pagamento de fornecedores da empresa terceirizada de limpeza.
- nota com explicações de credenciamento para a coletiva de imprensa que a presidência dará na próxima semana.

Sobre estes *links*, considere:

- I. Os sindicatos, um dos públicos da chamada com as datas das rodadas para o acordo coletivo, é considerado público não-essencial.
II. As empresas terceirizadas de limpeza são consideradas como público de redes de interferência da nota sobre pagamento de fornecedores.
III. Fornecedores que contribuem para a viabilização da organização, como as empresas terceirizadas de limpeza, são considerados públicos de sustentação secundários.
IV. A nota com explicações sobre a coletiva tem como um dos públicos a rede de comunicação de massa, que não é considerado público de redes de interferência, mas público essencial.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
(B) I e II.
(C) I e IV.
(D) I e III.
(E) III e IV.

56. Ao planejar evento para chefes de executivo nos estados e nos municípios, interessados em contratar um novo procedimento desenvolvido por uma instituição, a equipe de comunicação considerou três ações:

1. A realização seria em um local aberto, para utilizar a luz natural.
2. O brindes seriam mudas de plantas.
3. Seria feita parceria com uma cooperativa de catadores para recolher o material logo após o término das atividades.

Estas ações

- (A) mostram preocupação com a sustentabilidade, mas não se preocupam com os clientes que terão de carregar brindes volumosos como mudas de plantas.
(B) não têm capacidade para impressionar clientes de grande potencial, pois é preciso investir no luxo do local e dos brindes.
(C) denotam dificuldade financeira da instituição e podem afastar possíveis clientes.
(D) apesar de ecologicamente recomendáveis, podem gerar imagem negativa com a presença dos catadores ao final do evento.
(E) fazem parte da comunicação sustentável, o que gera imagem positiva nos possíveis clientes.



57. As instituições compreenderam que, para facilitar o debate, é importante que práticas de sustentabilidade, conhecimento e experiências possam ser comparados e compartilhados. Isso requer “linguagens e métricas comuns”, ou seja, há necessidade de comparabilidade.

O trecho se refere

- (A) ao *benchmarking*, técnica metodológica que envolve a comparação das práticas de uma empresa com as demais, do *clipping* de notícias sobre a instituição.
- (B) ao banco de dados, coleção de dados organizados para fácil e rápida recuperação, do *clipping*.
- (C) à amostra, grupo de pessoas ou objetos escolhidos de uma população maior, do relatório de sustentabilidade.
- (D) ao *benchmarking*, técnica metodológica que envolve o conhecimento de uma instituição sobre suas práticas e a comparação entre as delas e as demais, do balanço social.
- (E) ao rastreamento, técnica de pesquisa para rastrear novos desenvolvimentos em qualquer campo de negócios ou do governo, do balanço da assessoria de imprensa.

58. Considere as proposições abaixo.

- I. Os cidadãos homens, entre 18 e 40 anos, que justificam o voto apenas no segundo turno, fazem parte de um dos públicos-alvo de uma campanha de vídeos em um canal de internet

POIS

- II. o público-alvo é um público específico a ser influenciado dentro da audiência por possuir características ou atributos mensuráveis.

Nesse caso,

- (A) a primeira proposição é falsa, a segunda é verdadeira e não explica a primeira.
- (B) as duas proposições são verdadeiras e a segunda explica a primeira.
- (C) a primeira proposição é verdadeira, a segunda é falsa e não explica a primeira.
- (D) a primeira proposição é falsa, a segunda é verdadeira e explica a primeira.
- (E) as duas proposições são falsas e a segunda não explica a primeira.

59. Uma instituição receberá a visita de uma delegação do Japão, interessada no processo de apuração eletrônica. Para marcar a visita, será realizada cerimônia oficial em que o presidente da instituição brasileira entregará uma placa ao delegado do Japão, que retribuirá com uma menção honrosa entregue pelo governo japonês. Ambos representantes farão discursos e depois será aberta uma coletiva de imprensa.

Nesta cerimônia

- (A) a execução é apenas do Hino Nacional do Brasil, por ser o país anfitrião e que está representado por uma autoridade oficial.
- (B) a execução do Hino Nacional do Brasil deve preceder a do Hino Nacional do Japão.
- (C) o Hino Nacional do Japão deve, por cortesia, preceder a execução do Hino Nacional do Brasil.
- (D) por cortesia, a execução é apenas do Hino Nacional do Japão.
- (E) a execução é apenas do Hino Nacional do Brasil, mas de forma instrumental para ser executada apenas a primeira parte do poema.

60. O presidente de uma instituição chamou um professor de universidade europeia de renome, com doutorado na área de transmissão de dados, para apresentar sua recente pesquisa neste campo e que lhe rendeu prêmio na área científica. O convite foi estendido não só a todos os colaboradores da organização como aos de todo o Brasil, o que resultará em centenas de ouvintes.

Para essa apresentação, recomenda-se que a equipe de comunicação organize

- (A) uma conferência, o que vai exigir a presença de um presidente de mesa que coordenará os trabalhos e as perguntas serão feitas no final da apresentação por escrito e com identificação.
- (B) uma convenção, o que vai integrar as pessoas das organizações e elas serão submetidas a estímulos coletivos para que possam atuar em defesa dos interesses da instituição promotora.
- (C) um painel, pois tem como objetivo reproduzir as informações para um grande grupo assistente, permitindo vários ângulos da situação proposta.
- (D) uma entrevista coletiva, pois o especialista se coloca à disposição para responder tudo sobre as pesquisas que desenvolveu.
- (E) um conclave, adaptada do conclave religioso, pois é uma reunião realizada a portas fechadas, da qual saem decisões importantes que podem afetar a comunidade.



DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 11: 11.5 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. 11.6 Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver, concomitantemente, nota maior do que 0 (zero) – em cada uma das 02 questões e, ainda, média igual ou superior a 6 (seis) – no conjunto das 02 (duas) questões. 11.7 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 11.8 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 11.8.1 fugir à modalidade de texto solicitada e/ou às questões práticas propostas; 11.8.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; 11.8.3 for assinada fora do local apropriado; 11.8.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 11.8.5 estiver em branco; 11.8.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.9 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora.

Questão 1

Cada vez mais as assessorias de comunicação e de imprensa têm realizado o *media training*, demonstrando que é um instrumento extremamente importante. A utilização desse instrumento não se restringe somente às empresas, podendo também ser implementado em instituições públicas, tais como os Tribunais de Justiça Eleitoral. Responda, fundamentadamente:

- Quem deve fazê-lo?
- Quando deve ser feito?
- Qual o objetivo?
- Como deve ser feito?
- Que aspectos devem ser privilegiados?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	



Questão 2

Em uma situação hipotética, o TRE-SP realiza seus processos de comunicação organizacional apenas com uma seção da secretaria da presidência, responsável pelo contato permanente da gestão, com uma assessoria de imprensa terceirizada, tendo toda a comunicação interna realizada pelo departamento de recursos humanos. Descreva como reorganizar a comunicação desta instituição a partir da perspectiva das Relações Públicas.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO